



As medidas do programa do Governo para o crescimento

Aposta na qualificação vai para o ensino dual

Não é a primeira vez que o Governo anuncia a intenção de apostar no ensino dual e na coordenação entre o sistema de aprendizagem (que actualmente é desenvolvido em empresas e centros de formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional) e o ensino profissional (desenvolvido nas escolas públicas).

No ano passado, o executivo anunciou que pretendia chegar a 2020 com 100 mil jovens no ensino dual (com uma vertente prática muito marcada) e até tinha como meta chegar a 30 mil jovens no final de 2012. A meta não foi totalmente alcançada e nunca foi clarificado como seriam atingidas as metas em 2020, mas as confederações patronais duvidam que haja tecido empresarial capaz de formar tantos jovens.

Agora, Santos Pereira, apenas refere que haverá "uma integração" e uma "maior coordenação" dos cursos existentes. Entre os planos do governo está o alargamento do ensino dual a outros níveis de ensino, mas não se esclarece se o objectivo é que a escolha por esta via seja feita aos 10 anos. Questionado ontem, o ministro da Educação, Nuno Crato também não adiantou pormenores respondendo apenas que se trata do "reforço da vertente dual do ensino".

Financiamento das empresas reforçado

É uma das principais queixas das empresas e o Governo tenta responder com medidas que facilitem a curto e médio prazo o acesso ao financiamento. Primeiro, promete que o QREN para o período de 2014 a 2020, para o qual ainda nem sequer estão



definidas as verbas totais, terá como prioridade o apoio à competitividade das empresas. Depois reforça as linhas de crédito de curto prazo que têm estado em vigor nos últimos anos, garantindo que irá negociar com os bancos uma redução dos spreads praticados.

A CGD será forçada pelo accionista Estado a participar mais activamente nesta tarefa, com a colocação na economia de mais 1000 milhões de euros este ano e de 2500 milhões de euros no próximo. E para complementar esta estratégia, confirma-se a criação de uma instituição financeira especializada no financiamento das PME. O reforço dos capitais próprios das empresas, a promoção de obrigações de desenvolvimento industrial, a introdução do regime de "IVA de caixa", são outras medidas presentes no programa e que já estavam previstas no último Orçamento do Estado.

Revitalizar e consolidar as empresas

O Governo pretende que Portugal passe a ter "um tecido empresarial consolidado", ou seja, que as empresas ganhem dimensão para assim poderem concorrer



melhor com o estrangeiro. Para isso, aposta no fundo Revitalizar, com uma dotação de 220 milhões, uma medida que faz parte do programa ontem apresentado, mas que já está mesmo implementada no terreno. Avança igualmente com o Programa Consolidar, que inclui a adopção de medidas de simplificação dos requisitos administrativos relativos a operações de reestruturação e o reforço das competências de gestão empresarial. O Governo diz ainda que serão avaliadas medidas de simplificação do regime fiscal para as operações de reestruturação e fusão de empresas e ponderada a introdução de incentivos temporários para acelerar os processos de renegociação de dívida das empresas.



Ajuda aos projectos parados por burocracia

A estratégia do Governo passará por uma agilização do investimento e nesse sentido haverá uma aposta na desburocratização dos processos. No imediato, o ministro da Economia prometeu que todos os projectos de investimento parados há mais de 12 meses serão reanalisados, "para que sejam agilizados". Paralelamente o governo compromete-se a reduzir os encargos das empresas com combustíveis e a dinamizar a competitividade do mercado do gás natural, medidas que já estavam previstas no acordo de concertação social assinado em 2012.

Descida significativa mas gradual do IRC

É um dos pontos chave da estratégia de crescimento do Governo ontem dada a conhecer, mas ainda terá de esperar pelas conclusões da comissão liderada pelo advogado e especialista em Direito Fiscal António Lobo Xavier. O Governo quer, confirmou ontem o ministro da Economia, uma descida generalizada e significativa da taxa do IRC, mas esta terá de ser feita de uma forma "gradual" para evitar impactos orçamentais negativos. As linhas gerais da reforma do IRC, que já tinham sido apresentadas pelo Ministério das Finanças, incluem também uma simplificação do sistema e uma redução dos benefícios fiscais.

Taxas portuárias vão ter corte de 50%

Álvoro Santos Pereira anunciou ainda que as taxas portuárias vão baixar de novo para 50% do seu valor actual. Esta redução ocorre depois de estas taxas terem sofrido um corte de 10% em Novembro e de 10% adicionais no início do ano. O objectivo é tornar as exportações mais baratas e tornar os portos mais competitivos. Na área das infraestruturas, o governo compromete-se a adequar a rede ferroviária para o transporte eficiente de mercadorias, "de forma interoperável com o resto da Europa, com destaque para Sines e Aveiro".



Internacionalização continua a ser aposta

O Governo continua a apostar na promoção da internacionalização das empresas, que já contavam com apoios no âmbito da linha de crédito PME crescimento e na área do QREN. Ontem Santos Pereira anunciou uma linha de crédito de 1000 milhões de euros, destinados a apoiar as PME exportadoras. Além disso garantiu a renovação anual da cobertura de risco dos seguros de crédito à exportação e mais uma vez fala-se em reforçar a estratégia de Diplomacia Económica, que servirá para reduzir as barreiras à entrada das empresas em novos mercados.

Programa Start-Up Portugal para atrair empreendedores

O Governo não faz por menos e garante que "Portugal será um pólo de referência internacional para empreendedores". O programa que terá a tarefa de atingir este objectivo já tem nome, chama-se Start-Up Portugal, mas sobre ele apenas foram apresentadas intenções muito genéricas. A ideia é "atrair empreendedores de elevado potencial", através da "criação de um ambiente favorável do empreendedorismo". Melhores condições para a entrada de capital, regime especial de vistos, incentivos à instalação de empreendedores em incubadoras de aceleração rápida, reforço dos incentivos existentes de fomento ao empreendedorismo e integração de competências de empreendedorismo nos programas de ensino da escolaridade obrigatória, são algumas das medidas anunciadas.